ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO AMOR NÃO TEM RÁÇA - JF

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º. A Associação Amor Não Tem Raça - JF, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, fundada em 29 de junho de 2022, é pessoa jurídica de direito privado, organização social sem fins lucrativos, com duração indeterminada, gozando de autonomia financeira e administrativa, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável, com foro nesta cidade e endereço provisório na Avenida Francisco Valadares, 2375, bairro Vila Ideal, CEP 36020-420, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 2°. A ASSOCIAÇÃO tem por finalidade:

- Atuar na promoção e articulação de ações entre a ASSOCIAÇÃO e entidades privadas e/ou públicas, que tenham por objetivo a proteção dos animais, a assistência e orientação dos Associados, e da sociedade de forma geral, com vistas à garantia da defesa de direitos e do bemestar animal;
- II. Atuar na promoção da defesa e da proteção dos animais, combatendo o abandono e os maus tratos praticados em todo o território nacional, bem como na defesa da esterilização como forma de controle populacional;
- III. Estimular o amor e o respeito aos animais, assegurando que sejam tratados com compaixão;
- IV. Trabalhar de forma a incentivar a assistência veterinária, a solidariedade, a adoção, a posse responsável e o estímulo de lares temporários entre os Associados e a sociedade de forma geral;
- V. Proporcionar assistência veterinária e castrações para os animais dos Associados e da sociedade de forma geral, preferencialmente para os animais de rua ou pertencentes a pessoas consideradas pela legislação pertinente como de baixa renda;

Em: 10/07/2023
Cópia Autenticada em Cartório

REGISTROT

E CIVIL D Vereador Marlon Siqueira Rodrigues Martins CAS

. .

VI. Colaborar com a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII. Colaborar com os órgãos competentes no sentido de aprimorar a legislação relativa aos direitos dos animais, nas esferas municipais, estaduais e federal;

VIII. Fiscalizar o cumprimento da legislação relativa aos animais, promovendo as medidas judiciais competentes, quando for o caso;

IX. Apoiar o protetor independente;

X. Realizar atividades em prol do pleno desenvolvimento dos valores que inspiram a ASSOCIAÇÃO, através de cursos, palestras, seminários e outros eventos;

XI. Cooperar com os órgãos competentes na execução de feiras, promoções, exposições e eventos, para viabilizar a divulgação das atividades da ASSOCIAÇÃO;

XII. Viabilizar o aperfeiçoamento da posse responsável dos Associados e da sociedade de forma geral, através de cursos e práticas educativas, assim como encontros, palestras e visitas técnicas que enriqueçam e orientem o cuidado com os animais;

XIII. Tornar possíveis as atividades da ASSOCIAÇÃO através de captação de recursos e administração dos mesmos;

XIV. Estabelecer parceria com associações, cooperativas, consórcios, entidades, instituições de ensino e empresas, públicas e privadas, nacionais, através da celebração de instrumento pertinente, visando as suas finalidades e sustentabilidade;

XV. Oferecer aos Associados e à sociedade de forma geral atividades ambientais, culturais, desportivas, econômicas, sociais e outras destinadas à melhor integração entre os mesmos e seus animais.

Art. 3º. Para consecução do seu objetivo, as atividades previstas no artigo anterior deverão ser feitas mediante gestão e execução direta e/ou indireta de projetos, programas, planos de ações correlatas, através de doações, auxílios, contribuições ou convênios envolvendo recursos físicos, humanos, inclusive voluntários, e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio e colaboração a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor privado e público que atuem em áreas afins.

Art. 4º. No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO não fará qualquer discriminação de credo, raça, etnia, cor, gênero, orientação sexual ou pessoa com deficiência.

Art. 5º. A ASSOCIAÇÃO terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

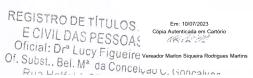
boller

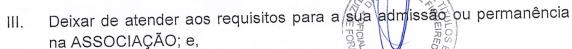
L. Nuno.

Same.

NBCE







IV. Dissolução da ASSOCIAÇÃO.

Art. 11. A admissão, desligamento, demissão ou exclusão se tornará efetiva, mediante termo lavrado no livro ou ficha de matrícula, assinado pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO e pelo Associado.

Art. 12. Os deveres do Associado perduram para os desligados, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o seu desligamento.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 13. São direitos do Associado:

- Gozar de todas as vantagens e benefícios que a ASSOCIAÇÃO venha a conceder, desde que esteja em dia com suas obrigações;
- II. Votar e ser votado para membro da diretoria ou do Conselho Fiscal;
- III. Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;
- IV. Consultar todos os livros e documentos da ASSOCIAÇÃO, em épocas próprias;
- V. Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO e propor medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- VI. Convocar a Assembleia Geral, nos termos e nas condições previstas neste estatuto; e,
- VII. Desligar-se da ASSOCIAÇÃO quando lhe convier.

Art. 14. São deveres do Associado:

- Cumprir as disposições do Estatuto e do Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO e da Lei que lhe for aplicável;
- II. Exercer sua atividade com dignidade e observância dos princípios éticos e associativistas;
- III. Colaborar para o alcance dos objetivos da ASSOCIAÇÃO;
- IV. Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela diretoria, pelo conselho fiscal e pela Assembleia Geral;
- V. Respeitar os compromissos assumidos para com a ASSOCIAÇÃO;
- VI. Manter em dia as suas contribuições;

Manual Ma

0900

Ar

131TC





VII. Contribuir, por todos os meios ao seu alcande para o bom nome e para o progresso da ASSOCIAÇÃO; e,

VIII. Zelar pelo patrimônio moral e material da ASSOCIAÇÃO

Art. 15. Haverá as seguintes categorias de Associados:

- I. Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da ASSOCIAÇÃO;
- Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à ASSOCIAÇÃO;
- III. Honorários, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à ASSOCIAÇÃO, por proposta da diretoria à Assembleia Geral; e,
- IV. Contribuintes, os que pagarem a mensalidade estabelecida pela Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. A ASSOCIAÇÃO será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria; e,
- III. Conselho Fiscal.

Art. 17. A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 18. Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- IV. Alterar o Estatuto;
- V. Conceder o título de Associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VI. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. Decidir sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO, nos termos do art. 38;
- VIII. Aprovar as contas; e,
 - IX. Aprovar o regimento interno.

John John Marine

W.

· H

Tette

REGISTRA DETITULOS, DOCUMENTOS

ECIVII copia Autenticada em Cartório ingre aves
Oficial: Gonçaives
Of. Subst. vereador Marton Siqueira Rodrigues Martins 16-Centro

Art. 6°. A fim de cumprir suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO poderá organizarse em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Internoso

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Art. 7º. Podem associar-se à ASSOCIAÇÃO as pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos, que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua, deseja contribuir para a consecução dos objetivos da ASSOCIAÇÃO.

- A ASSOCIAÇÃO terá um número ilimitado de Associados, os quais não . 1. responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO;
- A admissão do Associado será feita mediante solicitação do interessado, 11. em proposta de admissão fornecida pela ASSOCIAÇÃO, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral; e,
- A admissão do Associado poderá ficar condicionada ao que dispuser o 111. Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO.
- Art. 8°. O desligamento espontâneo dar-se-á a pedido do Associado, mediante carta dirigida ao Presidente da ASSOCIAÇÃO, não podendo ser negado.
- Art. 9°. A demissão será aplicada pela Assembleia Geral ao Associado que infringir qualquer disposição legal, do Estatuto ou do Regimento Interno, depois de notificar por escrito o infrator.
 - O Associado atingido poderá recorrer da decisão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data do recebimento da notificação;
 - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira 11. Assembleia Geral, na qual o assunto será incluído na pauta do Edital de Convocação respectivo; e,
 - A demissão considerar-se-á definitiva se o Associado não tiver recorrido 111. da penalidade, no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 10. A exclusão do Associado ocorrerá por:

- Morte da pessoa física; ١.
- Incapacidade civil não suprida; 11.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS Rodrigues Martins 3 1506-Centro

Parágrafo primeiro. Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV deste artigo é exigido deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum está estabelecido no art. 40.

Parágrafo segundo. Os membros da Diretoria e do Conselho serão eleitos por voto secreto, na Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e exercerão o seu mandato por 04 (quatro) anos, observado o parágrafo único do art. 22, deste Estatuto.

- A eleição poderá ser feita por aclamação, em caso de chapa única, a critério da Assembleia Geral;
- Os suplentes, no Conselho, somente exercerão suas funções mediante 11. a convocação pelo titular a se ausentar e pelo presidente do respectivo órgão administrativo.

Art. 19. A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- Apreciar o relatório anual da Diretoria; e,
- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 20. A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- Pelo presidente da Diretoria; 1.
- Pela Diretoria; 11.
- Pelo Conselho Fiscal; e, 111.
- Por requerimento de 1/5 dos Associados quites com as obrigações IV. sociais.

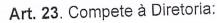
Art. 21. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da ASSOCIAÇÃO, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima (quinze) 15 dias.

Parágrafo único. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos Associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quorum especial.

Art. 22. A Diretoria será constituída por:

- Presidente; 1.
- Vice-Presidente; 11.
- Primeiro e Segundo Secretários; e, 111.
- Primeiro e Segundo Tesoureiros. IV.

Parágrafo único. O mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, podendo haver recondução aos respectivos cargos.



- I. Elaborar e executar programa anual de atividades
- II. Elaborar e apresentar o relatório anual à Assembleia Geral;
- III. Estabelecer o valor da mensalidade para os Associados Contribuintes;
- IV. Relacionar com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar e demitir funcionários; e,
- VI. Convocar a Assembleia Geral;
- VII. Constituir departamentos técnicos e criar funções específicas para os Associados desenvolverem, a serem previstos no Regimento Interno.

Art. 24. A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 25. Compete ao Presidente:

- Representar a ASSOCIAÇÃO ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. Convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e,
- V. Assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da ASSOCIAÇÃO.

Art. 26. Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e,
- III. Colaborar com o Presidente no exercício de suas funções.

Art. 27. Compete o Primeiro Secretário:

- Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas; e,
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 28. Compete ao Segundo Secretário:

- I. Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III. Colaborar com o Primeiro Secretário no exercício de suas funções.

Art. 29. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos Associados, renda, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

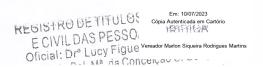
Comina Comina

Jover

W.

gette





- Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem 111. solicitados;
- Apresentar o relatório financeiro para ser submetido a Assembleia Geral; IV.
- Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal; V.
- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos VI. à tesouraria;
- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito; VII.
- Assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento de VIII. títulos que representem obrigações financeiras da ASSOCIAÇÃO.

Art. 30. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos; ١.
- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e, 11.
- Colaborar com o Primeiro Tesoureiro no exercício de suas funções. III.
- Art. 31. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.
 - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da ١. Diretoria.
 - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo 11. suplente, até seu término.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar os livros de escrituração da entidade; 1.
- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando 11. a respeito;
- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem 111. solicitados; e,
- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens. IV.

Parágrafo único. O Conselho reunir-se ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

- Art. 33. As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos Associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação, vantagem ou assemelhado.
- Art. 34. A ASSOCIAÇÃO não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.
- Art. 35. A ASSOCIAÇÃO se manterá através de contribuições dos Associados e de outras atividades, sendo que as rendas, recursos e eventual resultado



operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS DA ENTIDADE

Art. 36. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído de bens móveis e imóveis, adquiridos ou doados por pessoas naturais e/ou jurídicas, direitos e ações que possua ou venha a possuir.

Art. 37. Constituem rendas da ASSOCIAÇÃO;

- Auxílios financeiros de qualquer origem;
- Contribuições dos próprios associados; 11.
- Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos; III.
- Auxílios, doações, legados ou subvenções provenientes de qualquer IV. entidade pública ou particular, nacional ou internacional ou ainda por instituições fundacionais, inclusive emendas parlamentares;
- Rendas decorrentes de comissões e/ou taxas administrativas sobre ٧. receitas e captações de qualquer natureza, segundo o deliberado em Assembleia;
- Comercialização de produtos artesanais e realização de eventos; VI.
- Prestação de serviços; e, VII.
- Direitos e rendas de seus bens e serviços. VIII.

Art. 38. No caso de dissolução da ASSOCIAÇÃO, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Municipal de Proteção dos Animais -COMPA ou entidade pública.

CAPÍTULO VI

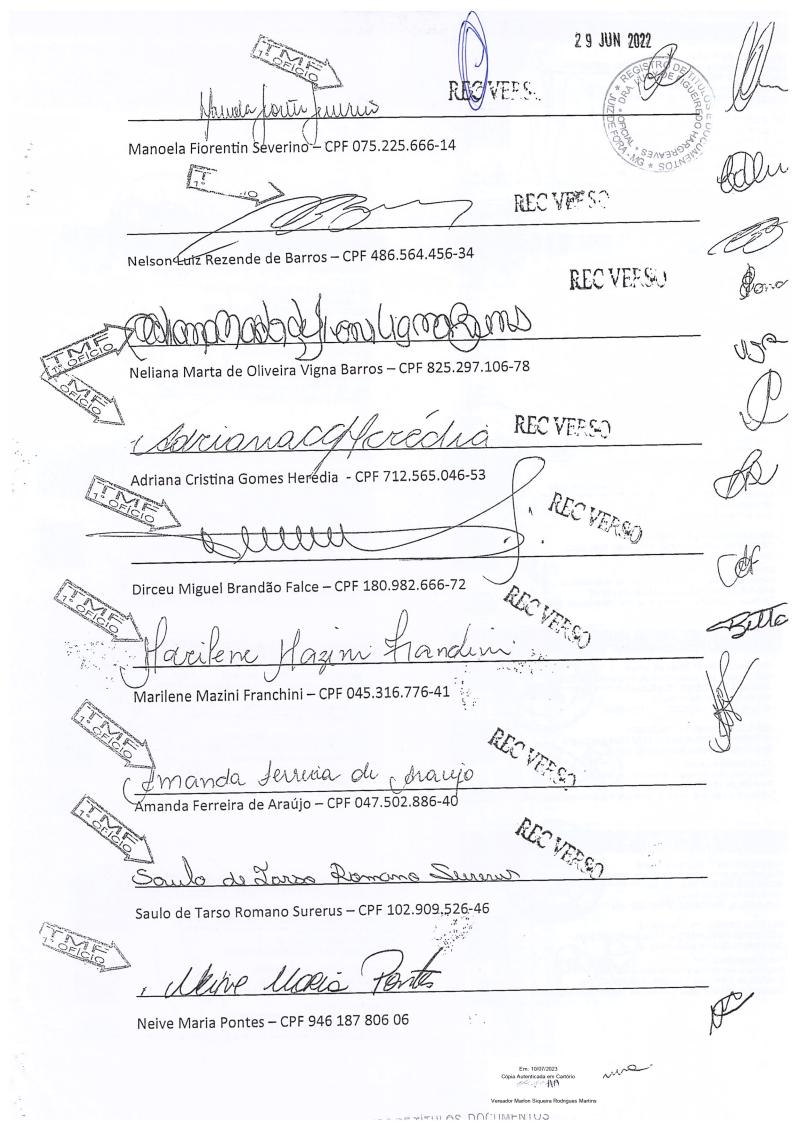
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 39. A ASSOCIAÇÃO será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.
- Art. 40. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente

REGISTRO DE TÍTULOS, DO

convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório. Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral e os casos de duvidosa interpretação serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente e os princípios universalmente aceitos. Art. 42. O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 29 de junho de 2022. Miriam Neder de Assis Falce CPF 862.332.626-15 Patrícia Tereza Vieira de Araujo - CPF 280.822.736-15 Erika da Silva Romano - CPF - 004.626.966-50 Elisabetta Garavald. Elisabetta Garavaldi - CPF - 885.946.026-34 REC VERSO Bonson Floring. Michele Barbosa Ferreira – CPF – 027.424.726-73 dos Dores de Olineiro Cassia das Dores de Oliveira - CPF 927.033.996-34 gode NupoleA to a yll Mal-george edd par a'r en Llos uur ng A Tabellonato do 1º Oficio de Notas Reconheço, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de —CASSIA DAS DORES DE OLIVEIRA Tabellonato do 1º Oficio de Notas Reconheco, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de PATRICIA TEREZA VIEIRA DE ARAUJO em testemunho da verdade. Julz de Fora, 15/07/2022 10:48:24 9498 em testemunho da verdade. Julz de Fora, 15/07/2022 12:54:46 20192 SELO DE CONSULTA: FUC18764 SELO DE CONSULTA: FUC18833 CODIGO DE SEGURANÇA: 6302.5379.6719.0994 Quantidade de atos praticados: 01 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4094,8996,5141,4283 Quantidade de atos praticados: 01. Em: 10/07/2023 Ato(s) praticado(s) por Escrevente Autorizada 7;23:ISS:R\$0,35 no site https://selos:timg.jus.br Flavia Rocha Barros Vieira - Escrevente Emol:R\$7,04 TFJ:R\$2,15 Total:R\$9,22 ISS:R\$0,35

Consulte a validade deste selo no site https "selos timg jus br





REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves Ofi. Subst.. Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves Rua Halfeld 651/1505 e 1506-Centro